

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM, CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DA 6ª REGIÃO - PARANÁ, autarquia federal criada pela Lei n. 1411/51 e Lei n. 6537/78, com sede nesta Capital à rua Professora Rosa Saporski, 989, Mercês, CNPJ n 77.085.892/0001-03, neste ato representado por seu Presidente, o Sr. **EDUARDO ANDRÉ COSENTINO**, brasileiro, casado, economista, portador da C.I./R.G. n° 64935739 - SSP/PR, inscrito no CPF sob n° 030.303.919-14, inscrito no CoreconPR sob n° 6783, residente e domiciliado em Pinhais, Paraná. doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **JORGE PARAENSE CAVALCANTE DE CASTRO ENGENHARIA LTDA.**, sediada na Rua Praxedes Silva Avelleda N° 43 - Unid. 07 - Santa Felicidade, Curitiba, Paraná, CEP **82410-420** inscrita no CNPJ/MF sob o n° 40.769.870/0001-44, doravante denominado **CONTRATADA**, neste ato representado pelo Sr. Jorge Paraense Cavalcante de Castro, Brasileiro, casado, Engenheiro Civil, portador do RG n° 2R/1862.718-SC, inscrito no CPF/MF sob o n° 750.881.509-20, residente e domiciliado em Curitiba, resolvem celebrar este Contrato, em conformidade com o Processo Administrativo CoreconPR n° 434/2022, que passa a integrar este instrumento, independentemente de transcrição, para todos os fins de direito, com base na Lei 14.133/21, suas alterações e mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste instrumento, realização de serviços de projetos de engenharia para reaprovação do alvará de reforma e ampliação 357592, junto a Prefeitura Municipal de Curitiba, do imóvel aonde está edificada a sede do CoreconPR, Conselho Regional de Economia da 6ª Região/PR, situado na Rua Professora Rosa Saporski, 989, bairro Mercês, Curitiba, Paraná.

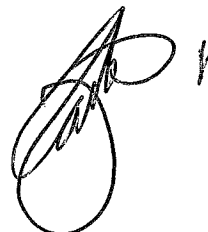
O Alvará de Reforma e Ampliação, que se encontra aprovado junto a Prefeitura Municipal de Curitiba sob o número 357592, será alterado para novas condições que implicará na não execução de mecanismo de contenção de cheias.

Considerando a alteração na legislação vigente e procedimentos da Prefeitura Municipal de Curitiba, os projetos da edificação deverão ser executados novamente, sendo que esta alteração de alvará de construção implicará na tramitação do processo de aprovação junto a todos os departamentos necessários para a sua reaprovação.

CLÁUSULA SEGUNDA - EXECUÇÃO DO SERVIÇOS

2.1 - Processo e Projeto arquitetônico e alvará de construção constando os seguintes serviços:

- 2.1.1 Elaboração das Plantas das alterações necessárias da implantação do imóvel;
- 2.1.2 Elaboração de Quadro estatístico;
- 2.1.3 Recálculo do quadro de áreas devido a alteração da área permeável e impermeável;
- 2.1.4 Protocolo de novo processo de obtenção de alvará de construção;
- 2.1.5 Acompanhamento de todo processo junto a Secretaria Municipal do Urbanismo;
- 2.1.6 Obtenção do novo alvará de construção
- 2.1.7 Obtenção de matrícula atualizada do imóvel;
- 2.1.8 Obtenção das assinaturas necessárias;
- 2.1.4 Elaboração do processo administrativo;
- 2.1.7 Responsabilidade técnica pela execução da obra junto o CREA.



CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATIVIDADES

A prestação dos serviços executados pela **CONTRATADA** deverá obedecer ao mencionado na cláusula anterior.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, DA FORMA E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - Para a execução dos serviços previstos na Cláusula Segunda deste instrumento, o **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA**, a quantia de R\$ 8.850,00 (oito mil, oitocentos e cinquenta reais).

4.2 - O pagamento será feito em 02 (duas) parcelas, a serem pagas da seguinte forma: o pagamento da primeira parcela, no valor de R\$ 4.425,00 (quatro mil, quatrocentos e vinte e cinco reais), será efetuado mediante apresentação obrigatória da Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente do **CONTRATANTE**, 05 (cinco) dias após a aceitação do objeto deste instrumento; o pagamento da segunda parcela no valor de R\$ 4.425,00 (quatro mil, quatrocentos e vinte e cinco reais) deverá ser realizada mediante apresentação obrigatória da Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente do **CONTRATANTE**, 05 (cinco) dias após o após a conclusão do objeto deste instrumento.

4.3 - A **CONTRATADA** deverá observar as Instruções Normativas da Secretaria da Receita Federal nº 1234/2012, que trata da retenção na fonte do Imposto Sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição Para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/PASEP. Em obediência às normas legais e tributárias, a **CONTRATANTE**, por ser autarquia federal, está sujeita a reter na fonte e recolher os impostos mencionados, independentes do valor da nota ou documento fiscal, conforme a natureza do bem fornecido ou do serviço prestado conforme seu Anexo I - Tabela de Retenções da IN SRF nº 539.

CLÁUSULA QUINTA - DA ENTREGA E DO PRAZO DE RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1 - O prazo de entrega do objeto será de 120 (cento e vinte) a contar da data do Contrato.

5.2 - O(s) servidor(es) ou profissional habilitado designado pela Autoridade para proceder o acompanhamento da execução da obra, conferirá e verificará, o andamento da EXECUÇÃO DO SERVIÇOS.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

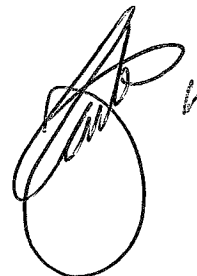
Os recursos para fazer face às despesas com o pagamento da prestação dos serviços objeto deste instrumento, acham-se consignados na dotação orçamentária número 6.3.2.1.01.01.002 (obras e instalações).

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

Este contrato vigorará a partir da data de sua assinatura, até 16 de janeiro de 2023.

CLÁUSULA OITAVA - DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Este Contrato é decorrente do Procedimento Administrativo CoreconPR nº 434/2022, tudo em conformidade com o disposto na Lei 14.133/21 e suas alterações.



CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES

O **CONTRATANTE** obriga-se a:

I - Indicar profissional responsável pela fiscalização dos serviços prestados pela **CONTRATADA**, bem como para acompanhar e atestar a conclusão do trabalho objeto deste Contrato;

II - Pagar a **CONTRATADA** o preço estabelecido conforme mencionado na Cláusula Quarta deste instrumento.

A **CONTRATADA** obriga-se á:

I - Cumprir rigorosamente o prazo estabelecido na proposta oferecida para a execução dos serviços objeto deste Contrato;

II - Corrigir incontinentemente, às suas custas, sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE** e dentro do prazo disposto no inciso supra quaisquer erros, incorreções ou omissões observadas nos serviços a seu cargo;

III - Responder pelos danos e prejuízos decorrentes de paralisação na execução dos serviços, salvo:

a) ocorrência de caso fortuito e/ou força maior, quando comunicados ao **CONTRATANTE**, no prazo de 48 hs da ocorrência;

b) ordem expressa e escrita do **CONTRATANTE**.

IV - Assumir todas as obrigações e compromissos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros, em razões ou não do objeto do Contrato;

V - Ressarcir todos os danos causados ao **CONTRATANTE** ou terceiros na execução dos trabalhos contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas, destruições e multas, isentando o **CONTRATANTE** de todas e quaisquer reclamações pertinentes;

VI - Responsabilizar-se por todo o pessoal que utilizar, a qualquer título, para a execução dos serviços, inclusive no que se diz respeito às normas de segurança do trabalho, prevista na legislação específica, pessoal este que será diretamente subordinado e vinculado a **CONTRATADA**, não tendo com o **CONTRATANTE** relação jurídica de qualquer natureza;

VII - Atender ao disposto no artigo nº 14, inciso VI da Lei nº 14.133/21, ou seja: proibindo de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menor de dezoito anos e de qualquer trabalho a menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

VIII - Manter equipe de fiscalização e supervisão da qualidade dos serviços, credenciada a representá-la sempre que necessário junto ao **CONTRATANTE**;

IX - Apresentar as certidões de negativas abaixo relacionadas, emitidas pelos órgãos competentes:



1. Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
2. Certificado de regularidade do FGTS;
3. Certidão Negativa de Débito Estadual;
4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
5. Certidão Negativa de Tributos Mobiliários e Imobiliários.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

O **CONTRATANTE** penalizará a **CONTRATADA** nos termos do que dispõem a Lei nº 14.133/21 e suas alterações, em caso de descumprimento das obrigações assumidas em decorrência deste Contrato, e ainda em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas, erro de execução e/ou mora, nas seguintes penalidades, ressalvado o direito de ajuizamento de ações judiciais para apurar a responsabilidade civil e criminal:

I. Advertência por escrito;

II. Suspensão do Contrato, em caso de constatação de ocorrências apontadas pelo **CONTRATANTE**;

III. Multa de;

a) 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, por dia de atraso na execução dos serviços até o 10º dia, ou se os mesmos forem entregues em condições diversas das pactuadas, a não ser por motivos de força maior ou caso fortuito;

b) 15% (quinze por cento) sobre o valor do Contrato, por atraso superior a 20 (vinte) dias e nos casos em que a inadimplência ensejar a rescisão contratual.

IV. Suspensão temporária do direito de participar de licitações e, por extensão, impedimento de contratar com o **CONTRATANTE**, pelo prazo de até um ano, seguinte ao presente exercício, ou como a Autoridade fixar em função da natureza da gravidade da falta cometida;

V. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir o **CONTRATANTE** pelos prejuízos resultantes e/ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada;

VI. Em caso de multas os valores correspondentes serão deduzidos pelo **CONTRATANTE** por ocasião do pagamento, momento em que este comunicará à **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

A **CONTRATADA** obriga-se a aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, no objeto deste Contrato, consoante o disposto na Lei 14.133/21 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESPONSABILIDADE E DOS ENCARGOS

I - Será de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** o pagamento de todo e qualquer encargo de natureza social, trabalhista, previdenciária, fiscal, e quaisquer outros decorrentes da execução deste Contrato, e a apresentação dos respectivos comprovantes, quando solicitados pelo **CONTRATANTE**;

II - Fica desde já estabelecido que o pessoal mobilizado pela CONTRATADA, a qualquer título, não terá vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

III - A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo do pessoal a seu serviço, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições, isentando o CONTRATANTE de todas e quaisquer responsabilidades decorrentes dos serviços ora contratados;

IV - Os serviços objeto deste contrato serão executados pelo Engenheiro Civil Jorge Paraense Cavalcante de Castro, CREA 25.181/DPR, o qual assumirá a responsabilidade técnica pelos projetos e execução das obras.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

Este Contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, por iniciativa do CoreconPR, independentemente de notificação judicial e em conformidade com os artigos 137 e 138 da Lei n. 14.133/21, reconhecendo a CONTRATADA neste ato, os direitos do CoreconPR no caso de rescisão administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOCUMENTAÇÃO

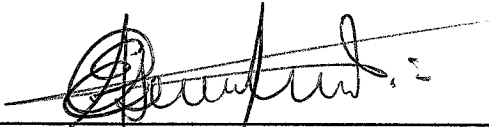
Integram e complementam este Contrato, independentemente da transcrição, para que produzam os efeitos legais, os documentos mencionados no Processo Administrativo CoreconPR nº 434/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

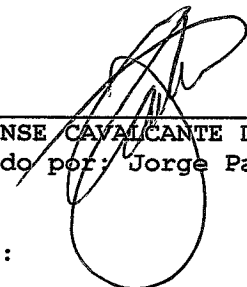
O foro deste Contrato é o da cidade de Curitiba, Paraná.

E, por estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Curitiba, 16 de setembro de 2022.




CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DA 6ª REGIÃO - PARANÁ
Representado por: Eduardo André Cosentino - Presidente

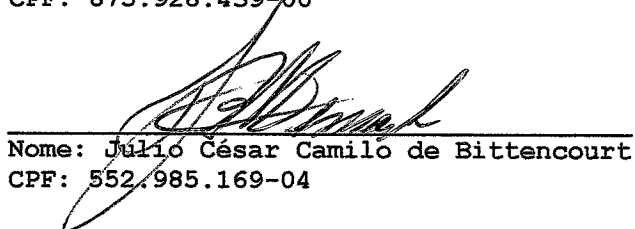


JORGE PARAENSE CAVALCANTE DE CASTRO ENGENHARIA LTDA.
Representando por: Jorge Paraense Cavalcante de Castro

TESTEMUNHAS:



Nome: Amarildo de Souza Santos
CPF: 875.928.439-00



Nome: Julio César Camilo de Bittencourt
CPF: 552.985.169-04